

1 ATA DA 57ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL 2 DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

3 Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, em ambiente web, por
4 meio da ferramenta do Google Meet, às 13h30, compareceram na Plenária do
5 Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros:
6 **representantes da sociedade civil:** Ana Ludvig, representante titular (Centro de
7 Direitos Humanos de Brusque), Rafaela Kohler, representante suplente (Centro de
8 Direitos Humanos de Brusque), Maria Del Carmen, representante titular (Instituto
9 Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-
10 UFSC), Lucilene Binsfeld, representante titular (Central Única dos Trabalhadores -
11 CUT-SC), Ricardo Maes, representante suplente (Central Única dos Trabalhadores
12 -CUT-SC), Felipe Candin, representante suplente (Cáritas Brasileira), Nasser
13 Haidar Barbosa representante titular (CDH Maria da Graça Braz), Valdete
14 Daufemback, representante suplente (CDH Maria da Graça Braz), Celina Rinaldi,
15 representante titular (Instituto Gentes de Direitos – IAGENTES), Fabrício Bogas
16 Gastaldi (Acontece Arte e Política LGBTI+) e **representantes governamentais:**
17 Cláudio Gama, representante titular (Secretaria da Casa Civil – SCC), Fernanda
18 Zimmerman (Secretaria de Estado da Educação – SED), Zeliene Viera (Instituto do
19 Meio Ambiente – IMA) e Maicon de Medeiros (Secretaria de Estado do
20 Desenvolvimento Social – SDS) e **como convidados (as):** a senhora Regina
21 Suenes, gerente de Políticas para Igualdade Racial e Imigrantes (GEIRI/SDS), a
22 vereadora Carla Ayres, a ex-presidente do CEDH e representante do Centro dos
23 Direitos Humanos Maria da Graça Braz, senhora Cynthia Pinto da Luz e a estagiária
24 da gerência de Políticas para Pessoas com Deficiência e Idosos (GEPDI), Gabrielly
25 Cabral Monsani. A **plenária é aberta (1)** pelo presidente Fabrício Bogas Gastaldi
26 (Acontece Arte e Política LGBTI+) que cumprimentou a todos (as), e comunicou
27 que devido a um imprevisto a convidada senhora Luzia Cabreira infelizmente não
28 poderia estar presente neste dia, então sugeriu uma inversão de pauta. O
29 presidente indagou a Secretária do conselho se havia quórum, **levantamento do**
30 **quórum (2)**. A Secretária afirmou ter quórum. Na sequência o presidente fez a
31 **leitura da ordem do dia (3)** sugerindo começar pelos informes gerais, aprovação
32 da Ata da 56ª reunião plenária, em seguida devolutivas das últimas ações, seguindo
33 a sequência com a vereadora Carla Ayres. A pauta é então **aprovada por**
34 **unanimidade**. Fabrício (Acontece) comunicou que a conselheira Luzia (IAGENTES)
35 não poderia estar presente e devido a sua ausência foi cancelado **o ponto (4)** de
36 pauta a formação continuada dos conselheiros (as) sobre **segurança cidadã**.
37 Dando continuidade, o presidente iniciou os **informes das últimas ações do**
38 **Conselho (13)** começando pela **reunião da Rede de Conselhos de Direitos**
39 **Humanos** mencionando que neste ano, o objetivo, teria enfoque na democracia em
40 virtude aos ataques sofridos. E, que por este motivo os conselhos estariam focando
41 suas práticas e defesas no que diz respeito a democracia. Em seguida, o presidente
42 comunicou que nos dias 26 e 27 de maio se realizará um encontro de Conselhos
43 em Brasília, onde deveriam ser indicados por cada conselho estadual 3 (três)
44 representantes: 2 (dois) da sociedade civil e 1 (um) do governo, com prazo de
45 resposta até o dia 08 de abril. O presidente comunicou que ficou deliberado na
46 Mesa pelo seu nome (Acontece), da conselheira Celina (IAGENTES), que possui
47 conhecimentos jurídicos e, representando o governo, o conselheiro Maicon de
48 Medeiros, que tem afinidade com o tema, visto que sua gerência está vinculada a
49 diretoria de direitos humanos na SDS. Na sequência, o presidente mencionou ter
50 feito uma **visita técnica** juntamente com o Mecanismo Nacional de Combate à
51 Tortura no **presídio da Agrônômica na capital** para levantamento de informações
52 para construção de relatório sobre violações de direitos humanos nas unidades
53 prisionais de Santa Catarina. Fabrício (Acontece) relatou que nesta visita técnica
54 foram identificadas algumas violações que serão apresentadas no relatório referido.

55 O presidente fez menção a criação de uma Resolução Conjunta em parceria com
56 a pastoral carcerária sobre as violações de direitos humanos nas unidades
57 prisionais em Santa Catarina com previsão de conclusão até o final do próximo
58 mês, com proposta de passar pela comissão de Legislação e Normas e
59 posteriormente levar para conhecimento e apreciação em plenária. O próximo
60 informe foi quanto ao **pedido de reunião com o governador do estado**, onde o
61 próprio presidente do conselho mencionou que faria ligação no gabinete para
62 reforçar o pedido de reunião. Relatou ainda sobre **pedido de reunião com a**
63 **Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP)** para
64 tratar das situações violações nas unidades prisionais conjuntamente com o
65 Mecanismo Nacional de Combate à Tortura, o presidente disse que a Secretária do
66 Conselho havia feito contato, porém até o momento não ter sido encaminhada
67 nenhuma proposta de data. Fabrício (Acontece) acrescentou ainda **reunião com o**
68 **comando da Polícia Militar para tratar da violência policial nas comunidades**
69 **de Florianópolis**. Complementou informando que nesta reunião participaram a
70 senhora Vanda Penedo representando o Movimento Negro Unificado (MNU), a
71 conselheira Luzia Cabreira, advogada do IGENDES e o próprio presidente do
72 CEDH-SC. Como resultado desta reunião, de acordo com o presidente Fabrício,
73 ficou deliberado pelo encaminhamento de ofício indagando quais seriam os critérios
74 de escolhas dos treinamentos dos policiais nas comunidades. Neste momento a
75 Secretária do Conselho expôs ter sido feito o encaminhamento ao Subcomando-
76 Geral da Polícia Militar (PMSC) e que o processo estava com o assessor do
77 subcomandante-geral e quanto ao pedido de reunião com a SAP, entrou em contato
78 com a assessora da pasta a senhora Elisandra, que mencionou estar o CEDH na
79 lista de prioridade da instituição. Por fim, a Secretária lembrou o informe que seria
80 feito na reunião anterior a esta, pelo conselheiro Maicon de Medeiros (SDS) acerca
81 da **reunião com a coordenadoria do disque 100, em Brasília**. O gerente Maicon
82 de Medeiros (SDS) agradeceu por lhe ser disponibilizada a palavra e seguiu
83 dizendo que forma 3 (três) dias de reuniões em Brasília. Quanto a Ouvidoria
84 Nacional, o conselheiro mencionou que o CEDH precisará se mobilizar para ser
85 feito um acordo federal com àquela e a implantação do sistema no estado. O
86 conselheiro relatou que foi realizado encontro com o Secretário Nacional dos
87 Direitos da Pessoa Idosa e o Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com
88 Deficiência, onde foram tratados alguns projetos específicos para Santa Catarina,
89 as intenções para o Fundo Estadual do Idoso e quanto ao andamento de projeto de
90 lei para construção do Fundo Estadual da Pessoa com Deficiência. Acrescentou ao
91 seu relato as orientações repassadas sobre a carteira nacional do autista, onde
92 Santa Catarina seria signatária e explicou que será implantado no estado em
93 parceria com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). Outro projeto
94 apresentado pelo conselheiro Maicon (SDS) foi o Programa de Proteção a Crianças
95 e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) e mencionou evento que seria
96 realizado na semana seguinte promovido pelo Ministério da Mulher, da Família e
97 dos Direitos Humanos (MMFDH) em Porto Alegre juntamente com o Ministério
98 Público preparatório com os estados que ainda não tem implantado este programa
99 e destacou que Santa Catarina é um dos estados que mais demandam por
100 questões de crianças e adolescentes ameaçados. Por fim, comunicou que o
101 Conselho seria informado sobre o Programa (PPCAAM), assim como seria
102 solicitado a indicação de um representante para compor o Conselho Gestor. Em
103 relação a reunião com o Ouvidor Nacional de Direitos Humanos e sua equipe,
104 Maicon (SDS) destacou a importância da conversa para que fosse possível
105 entender o que estava acontecendo com os dados que chegam (SDS) e a
106 discrepância entre os esses no nível federal e os que chegam até a pasta (SDS).
107 O conselheiro explicou que existe um acordo bastante antigo firmado entre o estado
108 de Santa Catarina e o Governo Federal que dizia o seguinte: *“as denúncias*
109 *chegariam a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina e este distribuiria*

110 *para os órgãos competentes*”, continuou a explicação dizendo que no caso
111 específico da SDS, chegaria pela ouvidoria interna e esta redistribuiria as devidas
112 gerências. Maicon (SDS) disse que *“existe todo um processo que foi identificado*
113 *como não correto, inclusive por questões de sigilo de dados e a solução encontrada*
114 *seria a adesão pelo estado de Santa Catarina ao SINDH (Sistema Integrado*
115 *Nacional de Direitos Humanos)”*, e explicou que seria uma porta de acesso
116 diretamente com Brasília através do sistema, com o devido treinamento e o acesso
117 a tal sistema seria disponibilizado a apenas a uma equipe no estado. A
118 responsabilidade do estado será treinar agentes nos municípios que por sua vez
119 serão os responsáveis por acolher naqueles espaços ocupados as denúncias.
120 Maicon (SDS) comentou que este assunto demanda tratativas entre as esferas de
121 governo e no momento a Pasta estaria em processo de troca de gestão, porém a
122 intenção seria nos próximos meses estar reunindo-se com representantes do
123 CEDH ou possivelmente com alguma Comissão para que desta forma se possa
124 designar este fluxo também com os municípios. O conselheiro concluiu dizendo que
125 o estado está preparando documentação que informa ao governo federal seu
126 interesse em fazer o aceite ao sistema. A partir disso, começam as tratativas
127 administrativas e o MMFDH enviará uma equipe para treinamento. Por fim, o
128 conselheiro mencionou ter sido explicado todo o processo de implantação no
129 governo federal, a unificação das bases de atendimento e como tem sido feito os
130 treinamentos das atendentes do disque 100 e disque 180. **Encaminhamento:**
131 **convocar reunião entre com a Comissão específica e o gerente Maicon (SDS)**
132 **para entender melhor o funcionamento do fluxo das denúncias e como estas**
133 **funcionariam na prática.** A secretária sugeriu abrir espaço para as falas das
134 convidadas e que os informes remanescentes ficassem para o final da reunião. O
135 presidente agradeceu a presença das convidadas e passou a palavra para a
136 vereadora Carla Ayres que introduziu o **ponto (5)** acerca da **não regulamentação**
137 **de Leis a favor da Mulher e População LGBTI+.** A vereadora cumprimentou a
138 todos os presentes, agradeceu a oportunidade de participar na plenária ao tempo
139 em que se desculpou pela sua ausência na plenária anterior devido a um atraso de
140 vôo. A convidada mencionou estar se reunindo com alguns conselhos porque
141 existem 2 (duas) leis na capital que dizem respeito a publicização de dados de
142 violência que não estão regulamentadas. A primeira delas, inclusive de autoria da
143 própria vereadora, seria a lei que cria o Dossiê da Mulher Florianopolitana que tem
144 como objetivo *“garantir periodicamente a divulgação dos dados de violência contra*
145 *as mulheres no município de Florianópolis”* e, segundo a vereadora, seria preciso
146 que o executivo homologasse esta lei assim como criasse uma metodologia para
147 divulgação destes dados. A convidada mencionou que no âmbito do estado
148 entende-se que estes dados estejam bem organizados no Observatório de
149 Violência de Gênero [Mulher] da Assembleia Legislativa de Santa Catarina
150 (ALESC) que possui acordo com diversas instituições. A vereadora mencionou que
151 a lei está sancionada há 2 (dois) anos e que este diálogo foi proposto com o objetivo
152 de unir várias frentes para a homologação e também a replicação da lei em outros
153 município. Em seguida explicou que existe outra lei, de autoria do ex-vereador
154 Tiago Silva, de combate a violência LGBT no município e destacou que vai ao
155 encontro dos 2 (dois) anos de criminalização da LGBTfobia no país, instituída a
156 partir da equiparação da lei de combate ao racismo pelo Supremo Tribunal Federal
157 (STF) aos casos de LGBTfobia porém, a vereadora colocou em questão se estaria
158 sendo feito um monitoramento efetivo pela segurança pública em relação a estes
159 casos e sugeriu tentar **diálogo com as polícias sobre as questões práticas**
160 **relacionadas ao tema, como ocorrem essas investigações e o acolhimento**
161 **dessas denúncias.** Por fim, a vereadora mencionou uma terceira lei, que trata da
162 humanização do aborto legal em Florianópolis, uma vez sancionada, porém não
163 regulamentada. A convidada ressaltou a importância da publicização de
164 informações elementares às mulheres quanto ao aborto legal quando atendidas

165 nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), porta de entrada para mulheres que
166 realizam o pré-natal e cadastro de gestação, assim como replicar a lei nos
167 municípios catarinenses. O conselheiro Nasser (CDH Maria da Graça Braz) sugeriu
168 ser feita uma força-tarefa entre os conselhos para disseminar a nível municipal,
169 podendo envolver as entidades, associações para “fazer pressão” local. O
170 presidente relatou que as reuniões *Interconselhos* estavam acontecendo até o final
171 do ano passado, porém, devido as eleições de uns e a desmobilização de outros
172 as reuniões acabaram se esvaindo. O conselheiro Cláudio (SCC) propôs fazer
173 ofício para a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis cobrando a
174 implementação administrativa. Neste instante a professora Maria Del Carmen
175 (IMDH-UFSC) se dirigiu a vereadora se poderia ser encaminhado ofício às
176 Secretarias pela implementação das leis mesmo sem a sua regulamentação. A
177 partir da resposta da vereadora que deveria passar pelo executivo municipal
178 ficaram deliberados os seguintes **encaminhamentos: 1) Ofício a Secretaria**
179 **Municipal da Casa Civil questionando acerca da regulamentação das leis nº**
180 **10.715/2020, nº 10.527/2019 e nº 10.338/2018, 2) Retomar reunião**
181 **Interconselhos e 3) Reunião MPSC, DPESC, PMSC, PCSC e Observatório da**
182 **Violência contra a Mulher da ALESC.** Dando continuidade foi iniciado o **ponto (6)**
183 **da pauta. Apresentação do Projeto Monitoramento de Direitos Humanos**
184 **(MNDH) e Projeto Sementes de Proteção de Defensores de Direitos Humanos**
185 **(MNDH), com a participação da ex-presidente do CEDH, Cynthia Pinto da Luz.**
186 A convidada manifestou-se alegre em estar participando da plenária e lembrou de
187 todo o esforço pela implementação do CEDH, que durou aproximadamente 20
188 anos, caracterizando-o como combativo e preocupado com as realidades. A ex-
189 presidente fez a sua apresentação como representante do CDH de Joinville,
190 entidade com 43 anos de atividade voltada a defesa de Direitos Humanos (DH)
191 filiado ao Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) o qual regula as ações
192 daquele. Cynthia (CDH Maria da Graça Braz) mencionou que a sua intenção seria
193 apresentar os 2 (dois) projetos em andamento com outras entidades em nível
194 estadual, inclusive o CEDH. Continuou explicando que os 2 (dois) projetos tiveram
195 um primeiro fechamento relativo a uma 1ª (primeira) etapa de trabalho que seria
196 apresentada ao plenário e ao final seria solicitado auxílio do Conselho para que se
197 possa dar continuidade ao monitoramento das questões. A ex-presidente disse que
198 seria breve em sua explicação uma vez que muitos (conselheiros) conhecem o
199 escopo de ambos os projetos, contando inclusive com suas contribuições para a
200 elaboração daqueles. A ex-presidente começou explicando sobre o **relatório de**
201 **monitoramento de Direitos Humanos no contexto da COVID-19**, um projeto
202 gestado pelo MNDH em todo o país com o auxílio de agências de cooperação
203 internacionais, assim como outras entidades de nível nacional que contribuíram
204 para sua elaboração. O relatório levantou as violações de Direitos Humanos no
205 contexto da COVID-19, em todo o país através das entidades da sociedade civil,
206 onde foram escolhidos, por cada estado, casos mais emblemáticos de violação de
207 direitos durante a pandemia. Cynthia (CDH Maria da Graça Braz) fez a leitura dos
208 temas apresentados no relatório, os quais foram: as questões dos *povos indígenas*,
209 sendo a principal, vindo na sequencia, *povos e comunidades tradicionais* (Bahia,
210 Minas Gerais e Sergipe), populações extremamente humilhadas, população
211 carcerária, moradores de periferia e por fim, a juventude na periferia. Sendo este
212 último assunto escolhido pelo estado de Santa Catarina, ainda na gestão da ex-
213 presidente que se trata do caso de execução de jovens periféricos no Morro do
214 Mocotó durante o período da pandemia. Segundo este relatório o número de
215 execuções de jovens de periferia em Santa Catarina aumento cerca de 80% (oitenta
216 por cento). A convidada comentou que os índices de mortes por intervenção policial
217 são os mais altos do país nos últimos tempos. Cynthia (CDH Maria da Graça Braz)
218 denominou a situação como extremamente grave “*aliado ao fato de que jovens,*
219 *negros, periféricos, desempregados são as maiores vítimas, especialmente das*

220 *polícias militares*". A ex-presidente explicou terem sido "*constatadas as mortes de*
221 *jovens de 15 a 22 anos cujas mortes não foram identificadas e cujos responsáveis*
222 *ainda não foram punidos de forma adequada*". Cynthia (CDH Maria da Graça Braz)
223 informou que o projeto em referência tem parceria com o Ministério Público de
224 Santa Catarina (MPSC), a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
225 (DPESC), porém não foram identificados os resultados dessas 12 (doze) mortes. A
226 convidada mencionou a importância de ser feito o seguimento/acompanhamento
227 desses casos, buscando nomes, autores, condições, situações e principalmente
228 garantir que haja punição. Com relação ao **Projeto Sementes de Proteção de**
229 **defensores (as) de Direitos Humanos**, a ex-presidente fez uma breve
230 contextualização sobre os defensores (as) de Direitos Humanos e sua aceitação
231 (ou não) pela sociedade, dando ênfase ao período atual onde os mesmos estariam
232 sendo criminalizados por si assumirem defensores (as) de Direitos Humanos,
233 abrangendo: professores, estudantes, militantes, vereadores, deputados e demais.
234 A convidada mencionou ser necessário que a sociedade civil se fortaleça, articule
235 e organize em rede com o objetivo de fazer este combate. O projeto conta com o
236 apoio da Comissão Pastoral da Terra - CPT, da Associação Brasileira de Gays,
237 Lésbicas, Travestis, Transsexuais e Interssexo – ABGLT, Articulação para o
238 Monitoramento de Direitos Humanos e o Conselho Indigenista Missionário – CIMI,
239 além de outros apoios agregados e o apoio das agências de cooperação
240 internacionais. A ex-presidente explicou que o CDH Maria da Graça Braz é
241 referência para fazer a gestão deste projeto em Santa Catarina e em acordo com
242 as demais entidades da sociedade civil, em especial aquelas que participam do
243 Movimento Estadual de Direitos Humanos em Santa Catarina, identificaram 3 (três)
244 defensores (as) que tiveram seus direitos ameaçados e que necessitariam da
245 proteção do estado ou que foram criminalizados pelas suas ações como defensores
246 (as). O primeiro deles foi o caso do reitor *Luiz Carlos Cancellier de Olivo*, alvo da
247 operação Ouvidos Mucos, vinculado a Operação Lava Jato, sem desfecho, o
248 segundo deles seria o caso da professora e vereadora, *Ana Lúcia Martins*, eleita
249 pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no município de Joinville, que sofreu ameaças
250 de morte entre a sua eleição e posse, o inquérito está inconcluso e, por fim, o caso
251 da Senhora *Maristela Cizeski*, militante da Pastoral da Criança que desafiou o
252 Poder Judiciário na Defesa de crianças que estavam sendo adotadas de forma
253 suspeita sendo por este motivo, criminalizada e condenada por ter feito essas
254 denúncias, o processo está em trâmite de revisão no Tribunal de Justiça, sem
255 desfecho. **Encaminhamentos: (1) participar de uma das Comissões do CEDH**
256 **para ser dado um fechamento de relatório acerca dos 3 (três) casos de**
257 **defensores (as) de Direitos Humanos que tiveram seus direitos ameaçados:**
258 **reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, vereadora Ana Lúcia Martins e da**
259 **militante da Pastoral da Criança, Maristela Cizeski e dar prosseguimento aos**
260 **casos de mortes de jovens no Morro do Mocotó. (2) Agendar audiência**
261 **pública com a Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Assembleia**
262 **Legislativa de Santa Catarina (ALESC) e na Câmara de Vereadores de**
263 **Florianópolis.** O conselheiro suplente Felipe Candin (Cáritas) se apresentou e
264 mencionou ser membro no Conselho Estadual da Juventude (CONJUVE) e sugeriu
265 como encaminhamento, uma aproximação com o Grupo de Trabalho instituído
266 naquele Conselho para tratar sobre violência contra a juventude que estaria
267 tentando um Seminário Estadual. Finalizou dizendo ser importante essa retomada
268 de diálogo com o CONJUVE com o relatório e os dados para auxiliar na
269 publicização destes. Dando prosseguimento a reunião foi iniciado o **ponto (7)**
270 **Diálogo com a Gerente de Políticas para Igualdade Racial e Imigrantes, Regina**
271 **Suenes (SDS) sobre mobilidade indígena.** A convidada agradeceu o espaço e
272 informou que seu objetivo seria apresentar o trabalho de um Grupo de Trabalho
273 (GT) criado com a finalidade de estabelecer estratégias em relação aos povos
274 indígenas no estado de Santa Catarina com maior ênfase em relação a questão da

275 mobilidade. A gerente de Políticas para Igualdade Racial e Imigrantes (GEIRI)
276 apresentou dados estatísticos das 3 (três) etnias presentes no estado, e explicou
277 que na 1ª reunião realizada estavam presentes alguns representantes do estado
278 com todos os municípios onde há a mobilidade. Regina (GEIRI/SDS) informou que
279 a questão levantada foi em relação ao acolhimento da população indígena em seu
280 percurso por todo o litoral de Santa Catarina. A gerente disse que além de ser um
281 direito, a mobilidade faz parte de sua organização e envolve aspectos históricos,
282 econômicos e culturais. A convidada mencionou haver grandes dificuldades dos
283 municípios pela falta de informações. Foi apresentado um pouco a questão histórica
284 e cultural em relação à mobilidade, as crianças indígenas dentro deste contexto, os
285 municípios que recebem a população indígena em mobilidade, e, por fim a
286 convidada colocou como necessário o estabelecimento de estratégias para
287 acolhimento da população indígena nestes pontos de passagens. A gerente
288 mencionou que as reuniões começaram em dezembro de 2020 sendo realizadas
289 mensalmente com objetivo de realizar articulações e ações integradas
290 governamentais e não governamentais, com a intenção de buscar a participação
291 das lideranças indígenas neste GT para que sejam colocadas as suas
292 necessidades e promover uma formação continuada dos integrantes do GT e
293 estender para o estado. Por fim, a convidada apresentou os dados levantados por
294 um questionário encaminhado para 33 (trinta e três) municípios onde tem terras
295 indígenas assim como para aqueles que os recebe durante a mobilidade. Segundo
296 a gerente esse questionário teria a intenção de obter dados concretos para
297 fomentar tipos de estratégias, os desafios colocados pelo GT foram os seguintes:
298 segurança alimentar, casas de passagens e ampliar a atenção sobre a criança e o
299 adolescente no artesanato. **Encaminhamento: agendar reunião com a**
300 **procuradora federal dra. Ana Lúcia Hartmann para dialogar acerca das Casas**
301 **de Passagens Indígenas.** Neste momento foi iniciado o **ponto (8) Caso de**
302 **Violência Política de Gênero em Brusque contra a vereadora Marlina de**
303 **Oliveira.** O presidente Fabrício (Acontece) cedeu a palavra para a conselheira
304 Rafaela Kohler (CDH Brusque) que havia proposto este ponto de pauta. A
305 conselheira relatou que a parlamentar havia pedido a abertura de uma Comissão
306 Parlamentar de Inquérito (CPI) após levar ao conhecimento do pleno denúncias
307 contra a SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, para que fossem
308 investigadas. Prosseguiu explicando que na sessão seguinte algumas pessoas
309 envolvidas nas denúncias haviam entrado com pedido de cassação de mandato da
310 parlamentar. Concluiu seu relato citando outros casos semelhantes no estado e de
311 lei recentemente instituída pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que sejam
312 feitas ações de combate à violência de gênero na política. **Encaminhamentos:**
313 **Elaboração e envio de Recomendação para os presidentes das Câmaras**
314 **Municipais de Santa Catarina e Assembleia Legislativa de Santa Catarina.**
315 **Agendar reunião com o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.** O
316 conselheiro Cláudio sugeriu encaminhar Ofício ao município de Brusque propondo
317 a criação de um conselho municipal de Direitos Humanos. A Secretária do CEDH
318 lembrou que conforme deliberado na plenária anterior havia sido encaminhado
319 documento a Gerência de Políticas Para Mulheres e Direitos Humanos (GEMDH)
320 solicitando o levantamento de todos os Conselhos Municipais. A conselheira
321 Lucilene Binsfeld (CUT-SC) relatou que havia passado por situação semelhante e
322 pediu para que ficasse registrado em ata. No dia 08 de março de 2022, na Câmara
323 Municipal de sua região, foi homenageada pelo dia da Mulher, através do
324 Movimento 8M ao qual faz parte e, após sua saída disse que teria sido alvo de
325 determinado vereador, onde a mesma teria sido acusada de atitude desrespeitosa.
326 A conselheira relatou todas as providências tomadas, porém as acusações foram
327 todas negadas. Por fim, a conselheira disse que foi orientada a abrir processo
328 judicial. Com relação ao **item (9)** de pauta acerca da **discussão acerca das**
329 **Internações compulsórias de dependentes químicos em situação de rua no**

330 **município de Chapecó.** A conselheira Lucilene Binsfeld (CUT-SC) disse que as
331 internações compulsórias não são corretas, porém que o prefeito estaria tomando
332 essa medida. Segundo a conselheira seria preciso criar políticas públicas para
333 acolhimento destas pessoas e não a internação compulsória. O presidente disse
334 ter conhecimento de caso semelhante no município de Criciúma. O conselheiro
335 Maicon (SDS) comentou que quando estava na gerência de Alta Complexidade na
336 SDS havia feito alguns atendimentos, inclusive com o município de Criciúma.
337 Sugeriu uma reunião com o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), a
338 Diretoria de Assistência Social (DIAS) e comentou que esse tema envolve recursos
339 públicos repassados pelo governo do estado a título de cofinanciamento para o
340 município para a execução de política de assistência social de forma correta além
341 de recursos do governo federal. Acrescentou ainda solicitar informações do
342 Conselho Municipal de Assistência Social. O conselheiro Nasser (CDH Maria da
343 Graça Braz) pediu para participar desta reunião uma vez ser sua área de atuação.
344 O conselheiro comentou sobre o processo de desmonte da rede de atendimento
345 psicossocial e da lei nº 10.216, assim como da política que vinha retirando o que
346 se propunha: as internações, de caráter punitivo e moralista. Nasser (CDH Maria
347 da Graça Braz) ressaltou ainda o aumento de recursos para hospitais psiquiátricos
348 e a diminuição de recursos para os mecanismos territoriais. A conselheira Rafaela
349 Kohler (CDH Brusque) lembrou das reuniões para tentar reestruturar o Comitê
350 Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento das Pessoas em situação de
351 rua (CIAMP), sem conseguir maiores avanços e mencionou a falta de
352 comprometimento político quanto a essa questão. Por fim, a conselheira relatou
353 que tanto o albergue como o Centro Pop, estaria em vias de se extinguir para serem
354 substituídos pela internação compulsória. **Encaminhamentos: reunião com a**
355 **Diretoria de Assistência Social (DIAS), o gerente Maicon (SDS), o Nasser (CDH**
356 **Maria da Graça Braz), a Lucilene (CUT-SC) e a Rafaela (CDH Brusque).**
357 **Elaboração de Recomendação para as prefeituras, Secretaria de Estado da**
358 **Saúde (SES) e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS) e após**
359 **tentativa de reunião com o Ministério Público de Santa Catarina, Defensoria**
360 **Pública do Estado de Santa Catarina (DPESC).** Dando prosseguimento a reunião
361 foi iniciado o **ponto (10) justificativas de ausências.** A Secretária informou que
362 justificaram suas ausências a conselheira Maria Lúcia (IMDH-UFSC) porém estava
363 presente a representante titular, conselheira Maria Del Carmen e a conselheira
364 Isadora (Cáritas) porém estava presente o conselheiro suplente, Felipe Candin
365 (Cáritas). A senhora Vera Lúcia (FMM) e o delegado Luiz Fuentes apresentaram
366 suas justificativas por meio de grupo de aplicativo do CEDH durante a realização
367 da plenária. Quanto as **Devolutivas das ações da última plenária, ponto (11)** a
368 Secretária informou que havia conversado com o Secretário do Conselho Estadual
369 da Saúde e este informou que o Conselho estaria envolvido com as Conferências
370 Municipais, então sugeriu que o CEDH propusesse datas para serem
371 encaminhadas ao CES. O presidente lembrou que esta reunião seria para tratar do
372 tema COVID-19 e a responsabilidade do estado. Quanto a deliberação do CEDH
373 acerca dos municípios contemplados com o Programa SC Mais Moradia, a
374 Secretária explicou que havia conversado com a gerente de Projetos Habitacionais
375 que informou serem contemplados a princípio 61 municípios e a ideia seria
376 expandir, conforme atendido os critérios pré-estabelecidos, e dar continuidade ao
377 Programa. Com relação ao pedido de liberação do vídeo da live da região de
378 Criciúma, a Secretária informou que fez o pedido a gerência de Políticas para
379 Mulheres e Direitos Humanos e esta a gerência de informática. Foi passado número
380 de processo aberto na época à Secretária do CEDH para ser solicitado o vídeo a
381 Polícia Civil (DEIC) uma vez que o vídeo não estaria disponível na SDS. Quanto as
382 substituições dos conselheiros da Sociedade Civil, foi solicitado documento ao
383 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) que
384 conseguiu publicar as suas substituições. O documento foi compartilhado e estava

385 sendo analisado pela Comissão de Legislação e Normas. A secretária acrescentou
386 ao seu informe que outros conselhos também estariam passando por esta mesma
387 situação. Por fim, a Secretária comunicou ao pleno sobre a perda da cadeira do
388 Instituto Catarinense de Juventude – ICJ, onde a situação foi levada a Mesa
389 Diretora, que após análise deliberou pela vacância da cadeira. A secretária
390 informou que após a análise, a entidade foi notificada quanto a perda da cadeira e,
391 de acordo com a ordem de suplência assumiria a Federação dos Trabalhadores no
392 Comércio no Estado de Santa Catarina (FECESC). Porém quando realizado a
393 inscrição no Fórum foi indicado apenas a titularidade de sua representação. A
394 Secretária do CEDH explicou que a FECESC ainda não havia sido notificada
395 quanto a possibilidade de assumir a cadeira e, dependendo da resposta, a próxima
396 entidade a assumir, na ordem de suplência seria a Ordem dos Advogados do Brasil
397 (OAB-SC). Por fim foi votada a **aprovação da Ata da 56ª** reunião plenária ordinária
398 **(12)**, aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, Fabrício (Acontece)
399 agradeceu a presença de todos/as e deu por encerrada a reunião. Eu, Manuela
400 Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente a Fabrício,
401 presidente do CEDH/SC assinamos.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **46PM82UV**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FABRÍCIO BOGAS GASTALDI (CPF: 362.XXX.798-XX) em 08/08/2022 às 18:55:54

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2021 - 16:43:35 e válido até 28/07/2121 - 16:43:35.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxXzQ2UE04MIVW> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **46PM82UV** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.